

# USO E FUNÇÃO DA PARTÍCULA QUE EM TRÊS FASES DE EDITORIAIS PERNAMBUCANOS<sup>1</sup>

Edileusa Batista da Rocha (UFRPE)<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo analisar o uso e a função da partícula **que** em exemplares de editoriais de jornais pernambucanos dos séculos XIX e XX em três fases: político-panfletária, literário-independente e telegráfico-informativa. Para isso, contemplam-se os estudos morfosintáticos, com ênfase funcionalista da linguística de texto (NEVES, 2018) e na perspectiva da linguística sócio-histórica do português brasileiro; nas tradições discursivas (KABATEK, 2006), considerando a historicidade dos textos e da língua: o caso da historicidade do editorial (GOMES, 2007). O *corpus* é constituído por 09 editoriais pernambucanos, sendo 03 de cada fase. Desse *corpus* foram selecionadas 15 ocorrências de cada fase para a análise dos usos (frequência e função) da partícula **que**. Os resultados, ainda que preliminares, apontam que houve diminuição dos usos da partícula. Foram constatadas 281 ocorrências, sendo 113 da fase panfletária, 127 da fase literária e 41 da fase telegráfica comprovando, assim, a nossa hipótese de diminuição da frequência da partícula nos editoriais do século XIX ao XX. Dessas 15 ocorrências analisadas, com relação às funções, percebeu-se que as escolhas linguísticas foram preferencialmente no uso da partícula **que** exercendo classe gramatical de pronome relativo conectando dois termos de mesma função sintática.

**PALAVRA-CHAVE:** Partícula **que**; Editorial; Funcionalismo; Tradição discursiva.

**RESUMEN:** El presente artículo tiene como objetivo analizar la utilización y la función del elemento **que** en ejemplares de editoriales de periódicos pernambucanos de los siglos XIX y XX en tres etapas: político-panfletaria, literario-independiente y telegráfico-informativa. Para ello, se contemplarán los estudios morfosintáticos, con énfasis funcionalista de la lingüística del texto (NEVES, 2018) y en la perspectiva de la lingüística socio-histórica del portugués brasileño: en las tradiciones discursivas (KABATEK, 2006), considerando la historicidad de los textos y de la lengua: el caso de la historicidad del editorial (GOMES, 2007), el *corpus* se constituye a partir de 09 editoriales pernambucano, siendo 03 de cada fase. De dicho *corpus* se han seleccionado 15 ocurrencias de cada etapa para el análisis de los usos (frecuencia y función) del elemento **que**. Los resultados, todavía preliminares, indican que hubo disminución de los usos de la partícula. Se han constatado 281 ocurrencias, siendo 113 de la fase panfletaria, 127 de la fase literaria y 41 de la fase telegráfica, comprobando, entonces nuestra hipótesis de disminución de frecuencia del fragmento en los editoriales, en la transición desde el siglo XIX hasta el XX. De las 15 ocurrencias analizadas, respecto a las funciones, se ha notado que las elecciones lingüísticas se dieron preferiblemente en el uso del fragmento **que** ejerciendo la clase gramatical de pronombre relativo conectado a dos términos de misma función sintética.

**PALABRA-CLAVE:** Partícula **que**; Editorial; Funcionalismo; Tradición discursiva.

---

<sup>1</sup>Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Letras da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) como requisito para obtenção do grau em Licenciatura em Letras (Português/Espanhol), sob a orientação da Professora Doutora Valéria Severina Gomes (UFRPE). E-mail: lelavsg@gmail.com.

<sup>2</sup>Graduanda do Curso de Licenciatura Plena em Letras (Português/Espanhol) da UFRPE. Membro do grupo de pesquisa TRADICE da Universidade Federal do Ceará (UFC) E-mail: edimikveh@gmail.com.

## 1. Introdução

Diante da necessidade de se estudar a língua, considerando os diversos sentidos que a palavra **que** pode representar na construção de sentido do texto, pretendemos neste artigo: (i) observar o uso do **que** no gênero textual jornalístico *editorial*, considerando as três fases do jornalismo brasileiro: panfletária, literária e telegráfica (GOMES, 2007) e (ii) verificar o que se apresenta com relação à frequência e à função do **que** em cada fase.

O interesse por esta temática surgiu a partir das discussões e dos conteúdos estudados durante o curso de Letras Português/Espanhol, na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), quando, nas aulas de Sintaxe, foram levantadas questões acerca da partícula **que**, como um dos principais elementos de coesão da língua portuguesa. Por essa razão, achamos que fosse um rico objeto de estudo incluir nessa reflexão diferentes contextos de produção.

A segunda fonte de inspiração que deu origem ao presente estudo foi o desafio de rever e articular conteúdos que aprendemos na graduação e que pudessem respaldar a reflexão sobre o uso multifacetado da partícula **que** na constituição de editoriais de diferentes fases do jornalismo. Nesse sentido, são acionados conhecimentos dos estudos morfossintáticos, com ênfase funcionalista, dos estudos da Linguística de Texto e da Linguística Sócio-histórica. Junta-se a esses aportes, o modelo de tradição discursiva (TD), que considera a historicidade dos textos. Esperamos que este trabalho, de alguma forma, possa servir de base para a análise de outros elementos linguísticos e de estímulo para outras pesquisas nessa perspectiva de abordagem.

O abrangente uso da partícula **que** é observado na diversidade de funções em seu emprego na língua portuguesa (NEVES, 2018). Na maioria dos casos, ora a partícula exerce a função sintática de pronome relativo nas orações subordinadas adjetivas, ora tem função de conjunção integrante nas orações subordinadas substantivas. A partícula **que** assume ainda outras funções (*ibidem*), pois os elementos da língua são multifuncionais, dados seus múltiplos usos. No presente artigo, pretendemos observar a frequência e o uso da partícula **que** como pronome relativo (PR) nas orações subordinadas adjetivas, com o intuito de delimitar o campo de análise, uma vez que são múltiplas as funções do **que**. Para refletir sobre os usos da partícula **que** dentro do processo de variação e mudança da língua é preciso considerar a dimensão, a natureza do texto e suas condições de produção, pois como define Kabatek (2006, p. 11):

Na realidade, quando se estuda a história de uma língua, o que se estuda não é a língua (recordamos a tripartição de níveis) senão textos de diferentes épocas, textos que parecem representativos dos respectivos estados da língua.

Nesse sentido, escolhemos o gênero editorial jornalístico, perpassando três fases, a panfletária, a literária e a telegráfica, pela maior possibilidade das características argumentativas no uso das variadas funções da partícula **que**, elemento linguístico estudado. De acordo com Gomes (2007, p. 160),

O editorial é considerado um texto argumentativo porque a sua estrutura dominante é argumentativa, mas isso não significa que se constitua deste único tipo discursivo. É possível, [...] que se mescle com outros tipos (narração, descrição, exposição), desde que a argumentação seja dominante.

Para Zavam (2009, p. 65), o editorial surge já trazendo marcas de transmutação criadora, porém, hoje é comparado com a carta do redator do século XIX e se constata marcas de transmutação inovadora interna, devido a sua adequação às demandas atuais, ou seja, as transformações internas não são integradas a outro gênero.

Levando em consideração a dimensão da linguagem, contempla-se para nossa análise o paradigma funcionalista proposto por Neves (2018) e o paradigma das tradições discursivas (TD) de Kabatek (2006), buscando relacionar a historicidade do texto e a historicidade da língua, por meio da historicidade do editorial.

Desse modo, apresentamos o seguinte tema: usos e funções da partícula **que em três fases de editoriais pernambucanos**. As questões que pretendemos responder são: (1) Quais as diferenças de frequência e de função do **que** nos editoriais dos períodos panfletário, literário e telegráfico? (2) É possível identificar aumento ou diminuição do uso e da função do **que** nas três fases do jornalismo? A nossa hipótese é que, na passagem do estilo panfletário para o literário, chegando ao telegráfico, haja diminuição dos usos e das funções do **que** em decorrência de uma redação mais objetiva, porém ainda argumentativa.

*O nosso objetivo geral é analisar a utilização do **que** (frequência e função) em exemplares de editoriais de jornais pernambucanos dos séculos XIX e XX em épocas jornalísticas diferentes, a saber: fase panfletária, literária e telegráfica.*

Para atingir esse objetivo, pretendemos observar o uso dessa partícula **que** em função do fazer jornalístico em relação com essas três tendências: quais editoriais correspondem a cada fase do jornalismo (panfletária, literária e telegráfica) e verificar o que se apresenta com relação à frequência e função do **que** em cada fase.

Para proceder à análise quantitativa e qualitativa do *corpus*, foi coletado o total de 09 editoriais jornalísticos escritos por pernambucanos, sendo 03 de cada fase, disponíveis no banco de dados do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (LEDoc)<sup>3</sup>, que faz parte do Projeto para a História do Português Brasileiro (PHPB)<sup>4</sup>. A **análise quantitativa** consiste na verificação da frequência do **que** nos textos, utilizando tabelas que mostram a alteração da incidência de cada função do **que** nas três fases. Já a **análise qualitativa** incide nas funções do **que** nas mesmas fases percorridas pelo editorial jornalístico.

Para sistematizar a discussão, este artigo está organizado em cinco tópicos, além desta introdução. No tópico 2, trataremos do editorial como tradição discursiva em três fases do jornalismo (político-panfletária, literário-independente e telegráfico-informativa). No terceiro item, contendo estudos sobre o **que**, apresentamos os pressupostos do funcionalismo, paradigma que dá suporte para a análise da partícula **que** à luz de sua função nos textos. No quarto tópico, a análise será do uso e função do **que** nas três fases jornalísticas (*panfletária, literária e telegráfica*). Retomaremos a discussão ora apresentada, apontando possíveis desdobramentos para este estudo e comentando sua relevância para o ensino. Por fim, apresentaremos as considerações finais.

## **2. O editorial como tradição discursiva em três fases do jornalismo**

No Brasil, o jornalismo foi marcado por três fases: a fase político-panfletária, a literário-independente e a telegráfico-informativa (GOMES, 2007). A tendência político-panfletária é a fase inicial, em que se destacam o vocabulário agressivo, a função opinativa e o ambiente polêmico e violento; a tendência literário-independente, por outro lado, é marcada por temas culturais – em crônicas e romances – devido ao crescimento dos níveis de alfabetização da população brasileira; a tendência telegráfico-informativa é marcada pela objetividade, devido às novas necessidades do leitor imerso em uma sociedade mais modernizada tecnologicamente.

---

<sup>3</sup> Arquivo disponível na página do LEdoc: <http://www.ledoc.com.br> (acesso em 4 de fevereiro de 2020). O LEdoc tem a finalidade de coletar, tratar e analisar textos pernambucanos de diferentes gêneros, como: anúncio, carta oficial, carta pessoal, carta do leitor, capa de jornal e editorial.

<sup>4</sup> Projeto para a história do Português Brasileiro, para a seleção do corpus segue critérios gramaticais, linguísticos-discursivos, história social, espaço comunicativo e aspectos sobre a finalidade do texto. Vários estados do Brasil participam do PHPB.

Como podemos perceber, essas fases vão de um jornalismo mais prolixo a um jornalismo mais conciso. No que diz respeito à partícula **que**, a nossa hipótese é que tais mudanças sejam refletidas na frequência de uso do **que**, por ter essa partícula uma alta frequência e exercer a função predominante de pronome relativo.

Ainda sobre a história do editorial, Zavam (2009) menciona que, com base na perspectiva dos estudos de (Lyons, 1999 *apud* Zavam, 2009, p.118), “no século XIX surge um novo contingente de leitores: crianças, mulheres e operários, para o qual os editores lançam livros escolares, revistas e jornais”. Vale ressaltar que a linguista argumenta que os primeiros periódicos com configuração de jornal eram direcionados às questões religiosas, todavia foi só através do cunho político que ele pôde obter sua identidade de jornal. Zavam (op cit.) ainda explica que houve um marco tecnológico na história do jornal quando Johannes Gutenberg, através das letras prensadas, publica a primeira edição da Bíblia. Com o tempo, o jornal foi tratando de fatos do cotidiano, passou para o espaço público polêmico e entrou no espaço literário através dos folhetins. Entretanto, duas décadas depois, além do aspecto religiosos e político, apresenta também aspectos social e cultural, tornando-se o espaço para reflexões sobre o Brasil. A imprensa periódica aqui, segundo a pesquisadora, adquire o status de editorial com teor argumentativo e persuasivo.

No que diz respeito às fases do editorial, o estudo de Gomes (2007, 88-93), investiga, analisa e descreve as tendências e transformações sofridas pela imprensa brasileira, conferindo a ela características específicas de cada fase.

**Quadro 1:** Síntese das tendências do jornalismo impresso segundo Gomes (2007, p. 91)

Tendências	Características
Político-panfletária	<ul style="list-style-type: none"> <li>- contexto inicial da imprensa, com elevadíssimo analfabetismo;</li> <li>- função essencialmente opinativa;</li> <li>- discurso pomposo e veemente;</li> <li>- fase de polêmicas pessoais e violência física e verbal;</li> <li>- linguagem marcada por vocativos, imperativos, repetições, interjeições, subjetivação, adjetivação e pontuação enfática.</li> </ul>
Literário-independente	<ul style="list-style-type: none"> <li>- contexto de organização intelectual e aumento do nível de alfabetização;</li> <li>- temáticas culturais e científicas;</li> <li>- conjunção entre os homens das letras e a imprensa;</li> <li>- propagação de acontecimentos sociais;</li> <li>- linguagem composta de detalhes, figuras e poeticidade.</li> </ul>

---

Telegráfico-informativa

- contexto de modernização tecnológica;
- superação da opinião pela informação objetiva;
- passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica;
- substituição do estilo detalhista literário pelo estilo simplista telegrafês;
- linguagem direta, com mais afirmações que demonstrações e com repetições regulares.

---

Fonte: Gomes (2007)

Sabemos que o conceito de Tradições Discursivas (TD) teve como base os estudos na Linguística Românica alemã que ressalta a historicidade do texto e da língua. Neste estudo buscamos a análise do percurso sócio-histórico e das práticas discursivas do editorial jornalístico, na investigação do uso e função da partícula **que** nos exemplares dos séculos XIX e XX.

De acordo com Kabatek (2006, p. 1), a TD nasce através da proposição dos três níveis de Eugenio Coseriu: *o nível do falar*, onde se entende a finalidade comunicativa como universal e corresponde ao mundo dos objetos; *o nível da língua*, histórico, concreto e específico; e *o nível dos textos ou discurso*, que é individual e tem finalidade e sentido particular. Para o filólogo, a TD pode ser estudada a partir desses três níveis *linguísticos em situação de comunicação concreta com três diferentes pontos de vistas*.

Em 1993, Schlieben-Lange, a partir dos estudos coserianos, fundamentou o conceito das TD, observando a diferença entre a história dos textos e a história das línguas. Para Koch e Oesterreicher (1997), o conceito das TD está na reduplicação do nível histórico apresentado por Coseriu, quando se invoca “a existência de dois fatores, a língua como sistema gramatical e lexical e as tradições discursivas” (KABATEK, 2006, p. 3).

De acordo com Longhin (2004, p. 119), para entender o conceito de TD, “a questão central é sempre a repetição, total ou parcial, que se sustenta entre um texto e todos os outros textos já ditos ou escritos”. Kabatek (2006, p. 5) esclarece que “se por um lado uma TD implica sempre a repetição de algo no tempo, o contrário não é certo: evidentemente, nem todas as repetições de algo são TD”.

Para Kabatek (2006), carecemos, pois, de uma série de condições. Primeiro: uma TD deve ser discursiva e isso implica na ausência de todas as repetições não linguística. Os objetos da cultura não linguística o samba e os mosteiros românicos, por exemplo, não são TD a despeito de sua tradicionalidade. Segundo: mesmo se tratando de repetições de elementos

linguísticos, nem toda repetição dá origem a uma TD. Palavra como **que**, por exemplo, mesmo sendo uma palavra repetida várias vezes na Língua Portuguesa (LP), não forma uma TD por si só. A relevância para se estabelecer uma TD é “nem toda repetição de um elemento linguístico forma uma TD, mas a formação de uma TD exige a repetição de algo”. Terceiro, refere-se ao conteúdo de um texto que pode ser evocado, por exemplo, a saudação que é evocada por uma situação concreta que se repete: o mencionado encontro evoca outros encontros nos quais se pronuncia a mesma sequência de palavras”.

Portanto, TD é “a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio” Kabatek (2006, p. 6).

Em razão do tema escolhido, optamos pelo editorial como gênero textual, apresentado em jornais impressos, que debate assuntos que abarcam questões, políticas, econômicas e sociais. Essa escolha faz parte de um *corpus*, e, nesse *corpus*, agrupam-se diversas temáticas com valor dissertativo-argumentativo no seu processo de constituição.

## 2.1 Gênero textual editorial

O editorial, quer tenha sido conhecido como carta do redator, quer como editorial, o fato é que a ordem argumentativa é predominante, uma vez que, segundo Koch (2000), é através da argumentação que pretendemos atuar sobre os outros. O editorial é um gênero muito utilizado nas páginas impressas de jornais e revistas e, ultimamente, em mídias e sites eletrônicos com características de agilidade da linguagem e facilidade de atualização, ganhou destaque e se consolidou como gênero textual pelas marcas linguísticas e discursivas ao longo do tempo. “Se hoje o editorial, seja de jornais ou revistas, desfruta, por exemplo de um *lócus* próprio e assegurado, reconhecido pelos leitores, isso não quer dizer que sempre tenha sido assim” (ANDRADE; GOMES, 2018, p. 46).

A dinâmica do editorial vai além de sua localização, ao propor aos leitores outros elementos que influenciaram mudanças históricas ocorridas em jornais dos séculos XIX e XX.

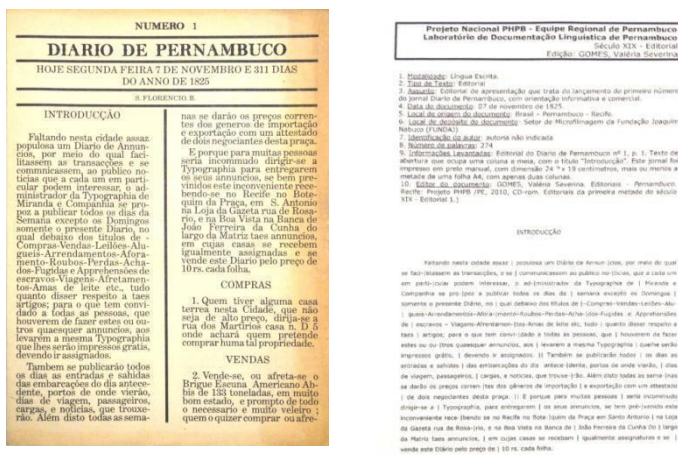
Nobre (1974) salienta que a expansão do jornalismo se deu no século XIX em conjunto com os propósitos da imprensa panfletária e partidária. Diante dessas características, é importante considerar:

Para além das questões de localização, de estrutura e de nomeação, a relação entre o editorial, o suporte e o contexto sócio-histórico revela marcas do tempo por meio das

quais podem ser (re) interpretadas construção lingüístico-discursiva capturadas na materialidade do gênero (Andrade; Gomes, 2018, p. 47).

O primeiro periódico de circulação diária foi lançado em Recife em 07/11/1825 primeira metade do século XIX. O texto de abertura, que ocupa uma coluna e meia, com dimensões de mais ou menos a metade de uma folha de A4, com apenas duas colunas verticais, traz a temática da apresentação com o título “introdução” é o lançamento do primeiro número do Diário de Pernambuco (figura 1), com nota informativa e comercial

Figura 1: Editorial transcrito segundo as normas de transcrição semidiplomática do PHBP.



Fonte: setor de microfilmagem da FUNDAJ e LEDoc

Na realização do tratamento do *corpus* editados e coletados no LEDoc, foram reproduzidos cuidadosamente a fim de conservar a originalidade dos textos. Com o intuito de tornar a leitura mais fácil para o leitor(a) não especialista, seguiram a transcrição semidiplomática do PHBP de ordem filológica organizadas por Guedes & Berlinck (2000, p. 12).

A tendência do jornalismo no contexto, histórico, social, tecnológico e cultural foi marcada por várias fases que apresentam diferentes tendências nas práticas e nas estratégias do



editorial jornalístico impresso. Logo, para organizar o percurso da investigação, destacamos as características encontradas em cada editorial de acordo com as tendências em cada fase, as quais pretendemos aqui evidenciar.

## 2.2 Fases jornalísticas

Para compor o *corpus*, apresentamos o registro de nove exemplares do gênero editorial da primeira e segunda metade do século XIX e da primeira e segunda metade do século XX em Pernambuco. No quadro 3, encontra-se o *corpus* da pesquisa de acordo com os estilos predominante nas três fases jornalísticas.

**Quadro 3:** Organização do *corpus* da pesquisa

Estado/Período	Fonte
Pernambuco Século 19.1 - 1ª fase	Diário de Pernambuco nº 79, p. 2, 1ª e 2ª, 7, abril de 1840- editorial 17 Diário de Pernambuco nº 115, pp. 1 e 2, 22 de maio 1850- editorial 27 Diário de Pernambuco nº 127, p. 1, 07 junho de 1829- editorial 7
Pernambuco século 19.2 - 2ª fase	O Liberal Pernambucano nº 02, p. 2, 09, setembro de 1852- editorial 30 A Província nº 8, p. 1 de 01, outubro de 1872- editorial 47 Diário de Pernambuco nº 133, p. 1, 11, junho de 1864- editorial 40
Pernambuco século 20.1 e 2 – 3ª fase	Diário de Pernambuco ano 78, de 04, janeiro de 1902- editorial 1  Diário de Pernambuco ano 105, nº 7, 09, janeiro de 1930- editorial 9 Jornal do Comércio ano: XLVII, nº 204, 07, setembro de 1965- editorial 18
Total	09

Para a realização deste tópico coletamos três exemplares de editoriais de cada fase jornalística, obedecendo a sequência que está no banco de dados do LEDoc. Será analisado os textos de nº 7 e 17 da 1ª fase; 30, 40,47 da 2ª e o nº 1 da 3ª fase.

## 1ª fase - panfletária- textos mais aguerridos revelando linguagem de estranhamento

Fase panfletária opinativa representa o início do jornalismo na primeira metade do século XIX quando o analfabetismo era um dos grandes problemas nacionais. Os textos editoriais apresentam uma força locutória mais inflamada, tem toda uma construção linguística que revela essa linguagem aguerrida, linguagem de enfrentamento. Verificamos alguns elementos linguísticos-discursivos em seu trajeto. Iniciamos, então, pelo:

Editorial do Diário de Pernambuco, de 15/06/1829, sobre o tema da soberania constitucional.

**Ex. 1:** “Ora nestas Sociedade assim effectua-das, aonde, ou em quem residia a Soberani-|a?... Não era nas mesmas Sociedades?... Que cousa era, ou poderia ser esta Soberani-|a ... Respondo: Nenhuma outra cousa poderia ser se não - A vontade de todos - E todos querendo huma, e a mesma cousa, [...]” (DP nº 127, 15/06/1829 - editorial 7).

**Ex. 2:** “| Logo se na Nação existe a vontade supre-|ma, e o poder supremo; é nella que reside | a Soberania Absoluta. Oa se na nação | existe esta Nação | existe esta Soberania. pela reunião da | VONTADE e do PODER supremo, [...]” (DP, nº 127, 15/06/1829 - editorial 7).

Editorial do Diário de Pernambuco, de 07/04/1840, sobre a revolução de 07 de abril de passagem do governo de Dom Pedro I para Dom Pedro II.

**Ex. 3:** “Que exemplo para seu filho, que | lição para todos os soberanos! Levados pelos nocivos conselhos de alguns aulixos immoraes, [...]” (DP nº 79, 07/04/1840 - editorial 17).

**Ex. 4:** “[...] as pessoas de alguns de seus áulicos forão ir-|responsáveis, e sagradas. Este novo Codgo | para Salvar a liberdade entregou a sua vida | politica nas mão.... Nós hem sabemos de | quem!” (DP nº 79, 07/04/1840 - editorial 17).

A primeira característica que podemos observar desses exemplos está ligada a simulação de diálogo com perguntas retóricas, ou seja, pares adjacentes de perguntas e respostas o recurso multimodal de caixa alta para marcar alguma ênfase. Vale salientar que em 1829 já se usa pista comunicativa semelhantes às usadas hoje, aumenta-se a ênfase às duas palavras na leitura para sugerir a identificação da elevação da voz que remete ao discurso inflamado. O uso de linguagem prolixa e de sinais de exclamação dando um tom veemente, adjetivação, uso da primeira pessoa como marca de envolvimento; adjetivos ofensivos; argumentação coercitiva que surgiu através de perguntas retóricas com o objetivo de reforçar a ideia de chamar a atenção do leitor sobre o determinado assunto estão presentes nos exemplos 3 e 4. Vale ressaltar que

aqui se trata de uma sociedade com uma estrutura político conservadora com 90% da população vivendo na zona rural e 85% analfabetas.

## **2ª fase – cultural – a sociedade letrada dialoga com o jornalismo**

Jornalismo mais voltado para a literatura apareceu no século XIX, na ocasião em que a sociedade está mais letrada. Surge, nesse contexto social, um jornalismo mais cultural através das crônicas onde temas culturais e científicos objetivavam a conquista do público leitor. Vejamos alguns trechos:

O Editorial O Liberal Pernambucano, de 09/09/1852, da segunda metade do século XIX, que aborda a ideia da Constituinte levantada pelos chefes do partido praieiro na revolução de 1848.

**Ex. 5:** “[...] qualquer ordem, que não seja uma these: a existência de Deos, que é a verdade | mais incontestavel, é uma these no cam-po da philosophia e da moral, o qua-|drado da hypotenusa póde dizer- se | uma these no campo da mathematica;[...]” (DP nº 2, 09/09/1852 - editorial 30).

O editorial de 11/6/1864 do Diário de Pernambuco que trata sobre a construção de estradas de ferro.

**Ex. 6:** “Quaesquer que sejam os profícuos resultados que | a magestosa estrada de ferro de Dom Pedro II traga | ao paiz [...]” (DP nº 2, 11/06/1864 - editorial 40).

E do Jornal A Província, de 01/10/1872, que trata da marcha da monarquia pessoal para a monarquia democrática, e desta para a república.

**Ex.7:** “É por castigo desse cri-|me de Prometeu, passaremos a andar | como certos peregrinos da meia-idade, dous passos para diante e um passo para traz,| isto é, teremos perturbado a marcha | grave e segura do progresso: a historia | ahi esta confirmando as nossas pala- | vras” (DP nº 8, 01/10/1872 - editorial 47).

Nesses exemplos é marcante trechos que ilustram a presença de intelectualidade e analogias como marca cultural. No editorial do jornal A Província, o articulista apresenta uma referência à mitologia grega, através da citação literária, tenta mostrar às diversas dinâmicas sociais do mundo da época. Adjetivação hiperbólica intensificando uma ideia de exagero proposital; linguagem figurada e pomposa; evidência da primeira pessoa do plural caracterizando a tomada de posição da instituição jornalística também são marcas da linguagem dos editoriais dessa época.

### 3ª fase – telegráfica – corresponde a períodos mais curtos e objetivos

A terceira fase é a fase que aparece com o advento do telégrafo. O jornalismo muda completamente o seu modo de dizer, os textos são mais diretos, com períodos curtos e objetivos. O telégrafo revolucionou a imprensa gráfica, tecnológica e editorial. O novo invento também trouxe o fim da imprensa opinativa e literária.

O editorial do Diário de Pernambuco, de 04/01/1902, sobre a Política Americana da terceira fase, na primeira metade do século XX, aborda a situação em que se encontra a política americana.

**Ex. 8:** “[...] actualmente notam- se na Ame- | rica duas correntes bem distintas | e separadas de um lado o serviço | militar atingindo propeções des- | conhecidas em o Novo Mundo, [...]” (DP ano 78, 04/01/1902- editorial 1).

No exemplo citado na fase telegráfico-informativa, o exemplo 8, no início do primeiro parágrafo do texto, já são vistos traços linguísticos de impessoalidade construídos em 3ª pessoa em relação ao nós que é mais envolvente também percebemos perguntas retóricas, porém não existem figuras de linguagem no corpo do texto. Não existe adjetivação pejorativa como no panfletário e nem pomposa como no literário. O texto traz uma sintaxe sem rodeios e mais direta. Portanto, como é um texto argumentativo, conseqüentemente, vem desenvolvendo argumentos e opiniões do jornal.

### 3. Estudos sobre o que

Para que possamos melhor compreender os diversos sentidos que a partícula **que** adquiriu ao longo do tempo, faz-se necessário citar Martins (197?, p. 11) que se refere ao **que** como “(...) verdadeira palavra mágica da língua portuguesa”, porém salienta o linguista ser difícil verificar as diversas propriedades da partícula na língua portuguesa. Entretanto, publica *AS 27 funções da palavra que*. Sem grande rigor, são elas: substantivo, preposição, advérbio, pronome, sujeito, objeto, predicativo, complemento nominal, adjunto adverbial, conjunção, interjeição, e partícula apassivadora e adjetivo. Além disso, pretendemos sob a perspectiva de gramáticos e linguistas, ressaltar o conceito da partícula sob o viés funcionalista.

### 3.1 Perspectiva histórica

Nesta análise, partimos do pressuposto abordado por Castilho (2010, p. 40) no artigo *A hora e a vez do português brasileiro*, ao sinalizar a mudança linguística ocorrida desde o século XIX quando o Português brasileiro e o Português Europeu começaram a se afastar um do outro. Essa mudança iniciou através dos pronomes, passou para a morfologia e sintaxe até chegar ao sistema gramatical. Com relação às orações adjetivas ou relativas, Castilho (2010, p. 366) acrescenta que as orações adjetivas e relativas são sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como complementadoras “e ainda podem encaixar-se em qualquer expressão-núcleo”.

Neves (2005) argumenta que a gramática tradicional ocidental deve ser compreendida no seu complexo processo em que surgiu. No livro: *A Vertente Grega da Gramática Tradicional*, a autora entende que a gramática grega é a fonte da gramática brasileira, por via da gramática latina. Para a linguista, o ponto fundamental da teoria Aristotélica das categorias “é o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura do mundo” (p. 75).

Segundo a autora, a gramática surge na época helenística como uma disciplina “independente, constituindo uma exposição sistemática e metódica dos fatos de língua depreendida das obras literárias” (p. 114). Em *O legado grego na terminologia gramatical brasileira*, NEVES (2005, p. 643) aponta que a Escola de Pérgamo possibilitou uma longa obra, todavia só parte dela chegou até nós. “São fontes do estudo da doutrina de Apolônio Díscolo (AD), além das quatro obras que restaram (Do pronome, Das conjunções, Dos advérbios, e Da sintaxe das partes do discurso). Com relação ao “termo relativo (anaphorikón, "de relação”, “relativo”; latim: relativum), segundo Dionísio de Trácio, o termo era usado para designar uma subclasse dos nomes”. Entretanto, AD relaciona nome e pronome da seguinte forma:

Nome e pronome diz respeito ao fato de que o nome expressa a qualidade de um sujeito corpóreo, enquanto o pronome apenas faz indicação da coisa, apenas expressa a sua existência (Do pronome, p. 31 e p. 33; Da sintaxe I, p. 138; apud NEVES, 2005, p. 187). Outra diferença que ele aponta refere-se ao fato de que o nome, ao contrário do pronome, só exprime a terceira pessoa, nunca podendo indicar nem o falante nem o ouvinte (Da sintaxe II, 43-47; apud NEVES (2005, p. 188). Para AD todo pronome é demonstrativo/dêitico (deiktiké) ou relativo / anafórico (anaphoriké); os de primeira e de segunda pessoa são sempre dêiticos; os de terceira pessoa são demonstrativos e relativo (Do pronome, p.10; Da sintaxe II, 8; II. 11 apud NEVES, 2005, p. 189-190).

De acordo com o artigo de Bondarczuk (2005), a partícula “*hóte* do grego antigo passou por um processo de gramaticalização no decorrer do desenvolvimento da língua grega, seguindo a trajetória polissêmica do tipo espaço > (tempo) > texto”.

As partículas gregas originalmente eram identificadas como uma verdadeira pontuação oral, marcando e destacando palavras ou grupos de palavras dentro da frase, de maneira a sugerir a ligação entre elas no enunciado como um todo. No período clássico da literatura grega, com o desenvolvimento da prosa ática, essa classe de palavras vem a assumir um papel muito mais significativo no modo de expressão da estrutura frasal, sendo usada numa série de combinação e gerando uma polissemia em seus diversos usos. Não se pode falar em classe de palavras no sentido Aristotélico, uma vez que seu significado e função precisos surgem nos contextos de uso; no entanto, podemos, inicialmente, definir as partículas como συνδεσμος – amarra, ligação, conectivo. (BONDARCZUK, 2005, p. 01).

Segundo a pesquisadora Bondarczuk (2005, p. 2), “na história da língua grega, entre as diversas formas de pronome relativo, somente *hóte*, a forma neutra do pronome relativo indefinido tende a se especializar como um subordinador geral não flexionado, perdendo, assim, as suas características sintático-semântica originais.” Através de exemplo em trecho literário, a saber: a *Ilíada* de Homero, a linguista informa que *hóte* sofre um processo de descategorização. Em vista disso, perde sua marca morfossintática através da dessemantização, passando a funcionar como conjunção integrante. Com base nesse pensamento, entende a autora que o elemento linguístico *hóte*, aparentemente, ainda recebe outro mecanismo de mudança por meio do princípio de inferência que consiste na convencionalização de implicaturas conversacionais, gerando, em orações complementos, um novo olhar ao conectivo quando os verbos expressam um sentimento.

Alicerçado em Bueno (1974), Martins (197?) afirma que etimologicamente, o pronome *qui*, desempenhava em Latim a função de pronome relativo e interrogativo, referindo-se a nomes do gênero masculino, cujo correspondente feminino era *quae*. Depois, o pronome *qui* apropriou-se dos dois gêneros e superou o feminino *quae*. Posteriormente, ele desapareceu, e o acusativo quem se fundiu com o neutro *quid* e formou o **que**.

Na versão de Martins (197?), “o Latim Clássico (LC) e da decadência possuiu, além das formas substantivo relativo e conjunção, outras formas que, salvo exceções, equivalem a: quais = pronomes interrogativos; quam = advérbios; quod e quia = conjunções”, isto é, mudava de acordo com a relevância da sua função

Ainda sobre os desdobramentos de sentido da partícula **que**, Farias (1975, p. 841), com base nos étimos *qui*, *quae*, *quod* apresenta as seguintes funções. Primeiro: Como pronome relativo: **que**, o qual, quem (sentido particular); o que (com omissão do antecedente). A

partícula **que** pode, também, compor uma locução conjuntiva, de forma a estabelecer um sentido específico a oração. Nesses casos, teremos uma conjunção formada por mais de uma palavra. Por exemplo: visto que, pois que, porque (com valor causal); se bem que (com valor concessivo); a fim de que, para que, (com valor de finalidade); de tal sorte que, tal que (com valor consecutivo). Segundo: Como pronome interrogativo: Nesse caso ressaltam-se os valores de adjetivo (o neutro *quod*) sempre nessa função e como substantivo: que, que, qual. Terceiro: Como pronome indefinido: alguém, algum.

### 3.2 O *que* sob o viés funcionalista

Em Neves (2018, p. 641), a relação da classe, o pronome **que** se refere tanto a pessoa quanto a coisas. A autora introduz o assunto através do poema “quadrilha” de Drummond, composta por seis orações onde a segunda oração iniciada pelo pronome relativo **que** forma uma cadeia recursiva constituída por um antecedente, isto é, cada personagem da quadrilha puxa outra personagem, até encerrar-se a lista com o pronome ninguém. A autora entende esse processo como recursividade sem retorno. (João amava Teresa - Teresa é objeto do amor de João) e, em seguida essa mesma pessoa passa a sujeito do amor por outra (Teresa ama Raimundo - e não João), assim por diante. Segundo Neves (2018), isso se consegue pela “construção em que o objeto direto de uma oração -Teresa é objeto direto de amava da primeira oração- é retomado pelo pronome relativo **que** (antecedente) que para funcionar como sujeito da oração seguinte - pronome **que**, que representa Teresa, é objeto direto de amava da segunda oração até encerrar-se a quadrilha com outro objeto direto - o pronome ninguém (NEVES, 2018, p. 642).

A linguista mostra, de maneira não linear, o uso da recursividade utilizando, dessa vez, de forma encadeada a letra da canção que se inicia com o refrão “Quem me vê assim cantando/ Não sabe nada de mim”. Logo após vem as cinco orações: “(1ª oração) Dentro de mim mora um anjo/ Que tem a boca pintada/ Que tem as unhas pintadas / Que tem as asas pintadas / (5ª oração) Que passa horas a fio / No espelho do toucador, Nesse conjunto encadeado pelo pronome relativo **que**, há um único antecedente (um anjo) em relação ao qual se estabelece uma cadeia de orações, coordenadas entre si, iniciadas por esse mesmo pronome, que é o representante mais típico da classe.” (NEVES, 2018, p. 642).

No que diz respeito à natureza dos pronomes relativos, Neves (2018, p. 643) afirma que, em princípio, “os pronomes relativos introduzem uma oração adjetiva. Ele exerce a função de adjunto adnominal do substantivo que é seu antecedente, tal como um adjetivo” e exemplifica: Ao longo do Novo Testamento, a figura de Jesus vai se modificando: temos primeiro o constituinte bebê: que nasce na manjedoura e o constituinte o menino: que assombra os anciãos no templo. (APA-R) Nessas ocorrências, tanto a oração o bebê que nasce = nascido/ nato na manjedoura quanto o menino que assombra = “assombrador” dos anciãos no templo iniciadas pelo pronome relativo **que** exprime uma propriedade (observa-se a semelhança de funcionamento entre um sintagma adjetivo e uma oração iniciada pelo pronome relativo **que**) e é precisamente por esse motivo que ela é uma oração adjetiva.

Na organização das classes dos pronomes relativos dentre seus estatutos na construção da oração, afirma a autora que os pronomes relativos formam duas grandes subclasses:

**Os relativos propriamente ditos**, que se referem a um antecedente: É feliz a criança que recebe o conhecimento da lei perfeita do Senhor. (LE- O) - **criança que** recebe

**Os relativos que têm uma natureza mais nominal**, não remetem a um antecedente. Eles ocorrem em um sintagma com núcleo substantivo que seria o antecedente de uma oração adjetiva. Exemplo: Dessa vez, foi ela quem me fez calar: (A-R). onde **quem** pode ser **a pessoa que** ou **aquela pessoa que**. (NEVES, 2018, p 644).

Ao registrar o pronome relativo que se refere tanto a pessoas como a coisas, Neves (2018, p. 645) explica que as formas **que** e **o/a qual** não têm significado nem referência própria e representa sempre o antecedente nominal a que se referem: A pessoa **que** [a pessoa] toma emprestado o livro assina o cartão, com a data em que deve ser devolvido. (BIB-T) Evaristo fora pessoalmente responsável pela execução criminosa de toda uma família de judeus com **a qual** [com a família] tivera uma questão pessoal e contra **a qual** [contra a família] formulava [...] a suprema acusação de corrupção e subversão. (GRE-R)

Para Neves (2018), as funções sintáticas dos diversos pronomes relativos dentro da oração adjetiva seguem o estatuto de núcleo (pronome substantivo) ou de determinantes (pronome adjetivo) que o pronome relativo possui na oração, e aponta para o funcionamento sintático desse elemento. Salienta a autora que, no português, o pronome relativo não muda de forma conforme sua função sintática a exemplo do que se viu no poema a “quadrilha” de Drummond, que continuou com a mesma forma, seja de sujeito, seja de objeto direto. Entretanto, singularmente na linguagem informal, isso se mantém de forma diferente porque



apresenta logo após o pronome **que** outro pronome, dessa vez pessoal do caso reto, que, por sua vez, recebe o nome de pronome cópia ou pronome lembrete. A autora lista o exemplo: Era uma vez uma árvore que ela crescia em vários países (que = sujeito) e [...] lembra um sofrimento que eu não merecia ele (que = objeto direto.).

Outro fato que a pesquisadora chama a atenção diz respeito à preposição de que antecede a partícula **que** e o verbo gostar com a função de objeto indireto que aparece contrariando a norma prescritiva. A autora exemplifica: Tantas palavras/que ela gostava/ E repetia / só por gostar (MPB). Segundo a autora, acontecem, ainda, outras construções que ocorrem dentro das orações adjetivas.

Quanto aos tipos de orações adjetivas, Neves 2018, p. 668) explica que podem ser de dois tipos: as restritivas “que opera uma restrição ao conjunto antecedente.” E as explicativas “que não opera nenhuma restrição a algum conjunto antecedente, apenas traz uma informação suplementar para o antecedente.”

#### **4. Análise Usos e funções do que nas três fases jornalísticas (panfletária, literária e telegráfica).**

Neste tópico, pretendemos analisar quantitativamente a frequência do **que** nos textos, utilizando tabelas que mostram a alteração da incidência de cada função desta partícula, como também fazer a análise qualitativa das funções do **que** no texto. Para tanto, destacamos o **que** em todos os editoriais; separados por períodos em que o **que** ocorre onde será feita a quantificação do **que** por função. Consideremos os trechos abaixo, extraídos de editoriais do *corpus* LEDoc.

##### **4.1. A partícula que na fase político-panfletária**

Nos exemplos seguintes, a partícula **que** assume características de pronome relativo em orações adjetivas e foi usada como elementos de subordinação oracional. Na perspectiva funcionalista Neves (2018) argumenta que, as orações subordinadas adjetivas exercem a função sintática própria ao adjetivo, ou seja, de adjunto adnominal, entretanto, é interessante lembrar que existe uma estrutura separada por vírgulas, que, a linguista informa apenas trazer uma informação suplementar para o seu antecedente.

**Ex. 09:** ” [...] Conhecida pela experiencia as inco-| venientes delongas d’uma Constituição or-| ganizada por Representantes dissidentes, e a facção , **que** dessas dissdencias se origi-| nou, [...] (3º parágrafo nº 7).

**Ex. 10:** “[...] Quantos Bra-| zileiros temos visto, **que** outr’ora pulavão | de contentes, com a retirada de Pedro l, [...]” (3º parágrafo do editorial nº 17).

**Ex. 11:** ”[...] ver com os | meus olhos o retracto da miseria, irritar-| me com a injustica **que** lhe causaram os magnatas, [...]” (4º parágrafo do editorial nº 17).

**Ex.:12** “[...]A dama **que** fez o papel de Beatriiz esteve | pouco animada:[...]” (20º parágrafo nº 27)

**Ex.:13** “[ ] Ferreira Lima, **que** vai mostrando gosto pelas musas: [...]”(11º parágrafo nº 27)

Nos exemplos acima (9) e (10) as orações são classificadas como orações subordinadas adjetivas explicativas e o pronome relativo tem função sintática de sujeito e retoma termos antecedentes. Já os exemplos (11) e (12) são orações subordinadas adjetivas restritivas. Nesses casos, uma exprimindo desejo onde o pronome relativo exerce função sintática de objeto direto e a outra exprimindo um fato com função sintática de sujeito. Em períodos compostos, as orações subordinadas adjetivas restritivas, por aparecer sem vírgulas, ganham sentido diferente em relação à oração principal. Em (13) temos uma oração subordinada adjetiva explicativa onde o pronome relativo tem função sintática de sujeito. Nos exemplos citados as formas linguísticas são originadas com base em princípios comunicativos da perspectiva funcionalista e devem ser caracterizadas do ponto de vista de sua função no ato da comunicação.

A tabela a seguir mostra a frequência da partícula **que** e os exemplos analisados nos editoriais da fase panfletária.

1ª Fase - Século XIX	Palavras	Frequência	Exemplos analisados de pronome relativo	Função
Editorial nº 7 - 1829	762	16	1	Sujeito
Editorial nº 17 - 1840	701	15	2	Sujeito Obj. direto
Editorial nº 27 - 1850	2059	82	2	Sujeito Sujeito
Total	3522	113	05	

**Tabela 1:** Ocorrências de frequência e função da partícula **que**

As tabelas 1, 2, e 3 evidenciam os editoriais selecionados para a análise de acordo com cada fase (panfletária, literária e telegráfica), a quantidade de palavras em cada editorial, a frequência que surgiu a partícula, os exemplos analisados da partícula **que** com função gramatical de pronome relativo com diversas funções sintáticas nas orações subordinadas adjetivas explicativas e restritivas em cada editorial.

## 4.2. A partícula **que** na fase literária

2ª fase – cultural – a sociedade letrada dialoga com o jornalismo.

No funcionalismo a preocupação é analisar a relação entre a estrutura gramatical das línguas em seus diferentes contextos de situação comunicativa, interlocução, contexto e propósito comunicativos em que elas são usadas. Seguem exemplos da 2ª fase:

**Ex. 14:** “[...] a questão do voto da | província, **que** o Senado Brasileiro quiz | supplantar [...]” (1º parágrafo do editorial nº 30).

**Ex. 15:** “[...] a existencia de Deos, **que** é a verdade | mais incontestavel, é uma these no cam-|po da philosopha e da moral: [...]” (4º parágrafo do editorial nº 30)

**Ex. 16:** “[...] Pretendemos mostrar a necessidade do impulso | simultâneo das três linhas ferreas **que** partem do litoral [...]” (13º parágrafo do editorial nº 40).

**Ex. 17:** “[...] É um facto conhecido no traçado das nossas es-|tradas de ferro, principalmente nas tres de **que** nos | temos occupado, [...]” (9º parágrafo do editorial nº 40).

**Ex. 18:** “[...] Uma politica franca e verdadeira, | em **que** se diga tudo ao rei e tudo ao | povo - eis qual deve ser a politica li-|beral. [...]” (21º parágrafo do editorial nº 47).

Nos exemplos, a partícula **que** assume diversas funções, nas ocorrências como (14) o **que** assume a função de pronome relativo e retoma a posição do sujeito da oração principal representado pelo vocábulo antecedente “o voto”. Aqui temos uma oração subordinada adjetiva explicativa. Em (15) temos oração subordinada adjetivas explicativa, onde o **que** (pronome relativo) também assume função sintática de sujeito com a função de substituir o termo “Deos” da oração anterior e estabelecer relação de ligação entre elas. Nas duas orações, devemos considerar que as informações foram veiculadas pelo editorial do jornal O Liberal Pernambucano em 09/09/1852 e a informação foi dita para o destinatário deste veículo com a intenção de informar uma notícia importante “ A Constituinte como these”.

Em (16) temos uma oração subordinada adjetiva restritiva e o pronome relativo tem função sintática de sujeito retomando o termo antecedente. O (17) é uma oração subordinada adjetiva restritiva, o pronome relativo tem função de objeto indireto, por fim no exemplo (18) temos uma oração subordinada adjetiva restritiva onde o pronome relativo aparece com função sintática de adjunto adverbial de modo. É importante destacar que em todos os exemplos citados o locutor mobiliza os recursos linguísticos para agir sobre o seu interlocutor. Portanto, a expressão linguística serve ao propósito comunicativo construído e veiculado nesse gênero editorialista.

A tabela abaixo mostra a frequência da partícula **que** e os exemplos analisados na fase literária.

2ª Fase - Século XIX	Palavras	Frequência	Exemplos analisados como pronome relativo	Função
Editorial nº 30 – 1848	993	33	2	Sujeito Sujeito
Editorial nº 40 – 1864	1107	45	2	Sujeito Obj. indireto
Editorial nº 47 – 1872	1557	49	1	Adjunto adverbial
Total	3657	127	05	

**Tabela 2:** Ocorrência da partícula **que**

### 4.3. A partícula **que** na fase telegráfica

Os exemplos (19), (20), (21) e (22) são orações subordinadas adjetivas restritivas e o pronome relativo **que** tem função sintática de sujeito. O exemplo (23) é uma oração subordinada adjetiva restritiva onde o pronome relativo tem função sintática de adjunto adverbial.

**Ex. 19:** “[...]A arbitragem internacional não | é uma utopia, e sim um ideal de | glória **que** recebeu mais de uma vez a apolição jurídica no seculo passado[...]” (8º parágrafo do editorial nº 1)

**Ex. 20:** “[...] Em tor- | no de tudo **que** lhe ocorria á mente, | fazia experiencias, e sua idéa e tiroci - | nio desenvolveram-se para crearem a | grande invenção da lampada electra.[...]” (4º parágrafo do editorial nº 9)

**Ex. 21:** “[...] Nos grupos, nas escolas, nos colégios, | a cada 7 de setembro, e durante tôda a | semana **que** o antecede, um clima festivo | e entusiástico é vivido . [...]” (1º parágrafo do editorial nº 18).

**Ex. 22:** “[...] Amor **que** exalta, espontâneo, mas grandes datas históricas [...]” (7º parágrafo do editorial nº 18).

**Ex. 23** “[...] Sete de setembro, de certo, não é o | único dia de patriotismo. Será, porém, o | auto-horário, em **que** falamos à Pátria e a | Pátria nos fala na efusão de sentimentos comuns [...]” (12º parágrafo do editorial nº 18)

A tabela abaixo mostra as ocorrências e as funções da partícula **que** na fase telegráfica.

3ª Fase- Século XIX	Palavras	Ocorrências	Exemplos analisados de pronome relativo	Funções
Editorial nº 1 - 1902	546	14	1	Sujeito

Editorial nº 9 - 1930	406	05	1	Sujeito
Editorial nº 18 - 1965	920	22	3	Sujeito Sujeito Adjunto adverbial
Total	1872	41	05	

Tabela 3: Ocorrência de frequência e função da partícula **que**

Verificamos que nesse meio de comunicação dos séculos XIX e XX, há muitas especificidades, além de trazerem a opinião dos articulistas eles também trazem maior ocorrências dos pronomes relativos que se caracterizam pela relação de dependência entre as orações, bem como pela integração onde uma oração faz parte da outra como é o caso das adjetivas restritivas. Há de se dizer que nos exemplos analisados nas três fases do jornalismo, as ocorrências dos usos e funções da partícula **que** relacionadas às orações complexas (subordinadas) adjetivas, do ponto de vista funcional, verificamos sutilezas que consequentemente implicaram nas escolhas linguísticas na escrita dos editoriais.

## 5. Considerações finais

Em uma sociedade diversificada, torna-se essencial estudar a língua em suas nuances uma vez que a língua, sócio-historicamente situada, está ligada a diversas transformações. A curiosidade em saber sobre a multifuncionalidade da partícula **que** como elemento coesivo na língua portuguesa nos levou a estudar e incluir nessa reflexão diferentes contextos de produção.

Para isso, analisamos 09 editoriais pernambucanos impressos dos séculos XIX e XX do *corpus* de editoriais do LEDoc. Procuramos com este trabalho observar a frequência e o uso da partícula **que** de acordo com a função sintática desse pronome em contexto de orações subordinadas adjetivas

A análise na perspectiva funcionalista (NEVES, 2018) revelou que na organização da classe dos pronomes relativos em relação ao estatuto na construção da oração, os pronomes relativos formam duas grandes subclasses: os relativos propriamente ditos que referem-se a um antecedente e os relativos que tem uma natureza mais “nominal”, não remetem a um antecedente e que há dois tipos de orações adjetivas: as restritivas e as explicativas.

Percebemos, no contexto dos estudos da antiguidade romana, que a partícula **que**, usada como pronome relativo, passou por modificações nas duas modalidades do latim clássico e do latim vulgar. O pronome relativo e interrogativo *qui* do gênero masculino, cujo feminino é *quae*, assume a função tanto masculina quanto feminina e desaparece. O acusativo quem se fundiu com neutro *quid* e formou o **que** que usamos hoje.

Quanto às diferenças de frequência e função do **que** nos editoriais dos períodos panfletário, literário e telegráfico, foi possível confirmar a nossa hipótese de diminuição no uso da partícula **que**. Constatamos 281 ocorrências, sendo 113 na fase panfletária, 127 na fase literária e 41 na fase telegráfica e identificamos a preferência no uso da partícula exercendo a classe gramatical de pronome relativo conectando dois termos de mesma função sintática.

Por fim, sendo a partícula **que** um elemento essencial para a Língua Portuguesa, esperamos que este estudo, preliminar, possa contribuir estabelecendo bases para futuros pesquisadores nas diversas áreas de conhecimento, da mesma forma, facilitar a reflexão acerca dessa partícula para aprendizes da língua portuguesa. Assim, no ensino da língua materna, cabe à escola e aos professores, proporcionar aos alunos uma reflexão sobre a língua voltada para os níveis de adequação, de significado e de aplicação dos usos, segundo as intenções que cada situação de uso apresenta.

## 6. Referências

ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; GOMES, Valéria Severina. Tradições discursivas: reflexões conceituais. In: ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. [et al]. **História do português brasileiro: Tradições discursivas do português brasileiro: Constituição e mudanças dos gêneros discursivos**. Vol. 7. São Paulo: Contexto, 2018.

BONDARCHUK, Simone. **Gramaticalização da partícula Hóti no grego antigo**. Dissertação de Mestrado em Linguística UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Brasília Limitada, 1974. 5 v.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo. Contexto: 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de. **A hora e a vez do português brasileiro** - Portal da Estação da Luz da Nossa Língua - Arquivo disponível no Site: [www.museudalinguaportuguesa.org.br](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br) - (acesso em 24/06/2020).

FARACO, Carlos Alberto. **Linguística Histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola, 2006

FARIA, Ernesto. Dicionário escolar latino-português. Rio de Janeiro: FENAME, 1975.

GOMES, Valéria Severina. **Traços de mudança e de permanência em Editoriais de jornais Pernambucanos**: da forma ao sentido. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GUEDES, Marymarcia & BERLINK, Rosane de Andrade (Org.). E os preços eram commodos... **Anúncios de jornais brasileiros século XIX**. São Paulo: Humanitas, 2000

KABATEK, Johannes. Tradições discursivas e mudanças linguística. In: LOBO, Tânia Conceição Freire; RIBEIRO, Ilza Maria de Oliveira; CARNEIRO, Zenaide de Almeida Novaes; ALMEIDA, Norma Lúcia Fernandes. (Orgs.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador, Edufba, 2006.

KOCH, Peter; OESTERREICHER, W. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik. In: Barbara Frank/Thomas Haye/Doris Tophinke (Hrsg.), **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**, Tübingen: Narr 1997 (ScriptOralia, 99), 1997, 43-79.

KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2000.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. **Tradições discursivas**: conceito, história e aquisição. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINS, José P. **As 27 funções da palavra Que**. Rio de Janeiro: Tecnoprint-Ediouro, [197?].

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional** [livro eletrônico]: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2 ed. Revista. São Paulo: Editora Unesp. 2005.

\_\_\_\_\_. **O legado grego na terminologia gramatical brasileira**. In: *Alfa*. São Paulo, 55 (2): 641-664, 2011.

\_\_\_\_\_. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo, SP: Editora Unesp. 2018.

NOBRE, Geraldo da S. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense (edição fac-similar). 1974.

SCHLIEBEN- LANGE, B. História do falar e história da lingüística. In: CASTILHO DA COSTA, A. **Tradições discursivas em jornais paulistas de 1854 a 1901**: gêneros entre a história da língua e a história dos textos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

ZAVAM, Aurea Suely. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradução discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.